

Teoria generalizada dos papéis temáticos

Carlos Franchi
Unicamp/USP

Márcia Cançado
Universidade Federal de Minas Gerais

A concepção de Predicação, elaborada no texto anterior, se insere em uma semântica do sentido (ou uma semântica representacional) que se entende como relativa ao conteúdo semântico lexical e relacional das expressões lingüísticas. Em outros termos, ele expressa as leis de correspondência que determinam intensionalmente a interpretação – as funções semióticas que levam das expressões a suas extensões no universo do discurso.

Assumimos, pois, que o sentido dos enunciados é estruturado e sucestível de um tratamento sistemático explícito, constituindo um componente autônomo da teoria gramatical; nesse sentido, seja pela adoção de uma teoria gramatical que inclui um princípio forte de projeção (MARANTZ, 1984), seja pela explicitação das leis de correspondência entre a sintaxe e o domínio de interpretação (JACKENDOFF,

1990), espera-se explicar generalizações descritivas feitas, em propostas anteriores, sobre a sintaxe e o léxico.¹

Assumimos, ainda, um princípio de transparência: deve-se preferir uma teoria semântica que explique generalizações sobre a sintaxe e o léxico que dependeriam, fora dessa teoria, de estipulações arbitrárias; e se deve preferir uma teoria sintática compatível com a estrutura semântica assim elaborada.² Enfim, assumimos que o conteúdo semântico da Predicação, como relação mais abstrata e correlata das operações construtivas da sintaxe envolvendo categorias substantivas, pode ser naturalmente expresso em termos de relações temáticas.

Neste texto, vamos procurar responder a questões mais específicas sobre estas relações:

- Qual a natureza, a extensão e o estatuto teórico da noção de relação temática? Como defini-la formalmente?
- Como determinar o conjunto das relações temáticas relevantes para a teoria gramatical?
- Qual o suporte intuitivo-empírico ou quais os critérios de “relevância”?
- Essas noções são relevantes em que domínios da teoria gramatical e a que tipo de regras e princípios obedecem?
- Dado um certo predicador, como determinar suas propriedades temáticas inerentes e o conteúdo dessas relações?

1. EVENTOS E REPRESENTAÇÕES

Já dissemos antes³ que as funções temáticas têm sido utilizadas em teoria gramatical como índices “semânticos” que distinguem os argumentos de um predicador, de modo similar, embora independente, ao emprego das funções sintáticas, como “sujeito”, “objeto direto” ou à seqüência dos argumentos na notação lógica de predicados ou relações. É, sobretudo, a tendência dos autores gerativistas. Ao contrário, acreditamos que as relações temáticas possuem estatuto teórico em uma semântica representacional, em que o sentido se estrutura.

1.1. Uma primeira hipótese seria a de admitir, como DOWTY (1989), que essas relações e suas propriedades podem ser identificadas em situações reais (“in the real word”), até certo ponto independente-mente da linguagem ou das representações semânticas que por ela se constroem e nela se representam. Textualmente:

“Deixem-me esclarecer o que quero dizer com conteúdo semântico dos papéis temáticos: quando eu digo que um sistema de papéis temáticos distingue um argumento de outro semanticamente, quero significar que eles permitem distinguir objetos (do mundo real, não lingüísticos), uns de outros, em virtude das propriedades que possuem enquanto participantes de um evento”, [normalmente expresso pelo verbo].

Neste passo, o termo “semântica” envolve necessariamente uma relação entre a linguagem e as situações ou eventos que ela descreve. E, de fato, pode-se construir uma noção de “papéis” em uma teoria descritiva dos eventos, ou das “eventualidades” – como situações-tipo ou eventos-tipo (abrangendo eventos, estados, processos, ações) de que participam elementos em diferentes papéis. Suponhamos que nos referimos à situação descrita em um enunciado como:

(1) O pedreiro matou o chefe-de-obras.

A interpretação dessa sentença pressupõe inicialmente que se tenha construído culturalmente um sistema de referência conceitual em que faça sentido falar por meio de palavras como “pedreiro” e “mestre-de-obras” de pedreiros e de mestres-de-obras, ou seja, em que ‘pedreiro’ e ‘mestre-de-obras’ sejam propriedades atribuíveis a indivíduos de uma determinada ‘profissão’ (o que certamente não é o caso em todas as culturas) em esquemas complexos e relativamente estereotípicos que se compreendem na atividade humana de construir de casas, edifícios, muros, alpendres, etc. E, é claro, supõe que se tenha construído uma representação da vida e dos vários modos de chegar à morte (que, devo supor, contemplada de variados modos em todas as culturas). No caso “matar” se refere a um evento envolvendo indivíduos a que cabe a descrição de “pedreiro” e “mestre-de-obra”.

Desconsiderados os operadores dêitico-quantificacionais em (1) (como a indicação de unicidade e de “identificabilidade” do referente pelo interlocutor expressa pelos determinantes e a indicação de tempo e aspecto da flexão verbal), podemos abstrair desse enunciado (em análise comparativa com outros) algumas categorias ontológicas primitivas, como a de indivíduos e a de um conjunto de “relações naturais” que pressupõem elementos a elas associados ou elementos que as contratem em um mesmo evento:

- (2) [Em um certo momento ou intervalo de tempo t , em certo lugar l ,]
 - para indivíduos x e y ,
 pedreiro (x)
 mestre-de-obras (y)
 matar (x,y).

Salvo, porém, uma convenção sobre a ordem dos elementos, perde-se, nessa notação, a diferença de papéis desempenhados pelos indivíduos no evento.⁴ E mesmo uma convenção sobre a ordem não permitiria contrapor esses papéis (digamos – “agente” e “paciente”) aos papéis (digamos – “experenciador” e “alvo”) dos mesmos indivíduos, se referidos na mesma situação em uma oração como:

- (3) O pedreiro odiava o mestre de obras [e o matou].

Ora, parece claro que, na descrição de uma eventualidade, devemos ser capazes de identificar com precisão os papéis associados aos indivíduos que dele participam e nele se relacionam – quem mata, quem é morto; quem odeia, quem é odiado. Esses papéis não se determinam por equivalência ou similaridade entre indivíduos ou mesmo pela identificação de um a outro em diferentes situações ou eventos, nem por equivalência (“uniformidades”, para usar um termo de Barwise e Perry) entre eventos e situações de tempo e lugar em que ocorrem. Ou seja, não possuem, em princípio, estatuto categorial, mas funcional: são determinados pelas relações específicas que se estabelecem entre os participantes e o evento de que participam, isto

é, por pares de eventos e indivíduos. Em outros termos, um papel como o de “agente” é uma função que, dado um evento como argumento, seleciona exclusivamente o elemento participante desse evento que é o agente (predicado que ainda nos cabe definir).

Assim, um evento tipo, em um primeiro plano de abstração é a classe de eventos em que, independentemente de tempo e lugar, pedreiros matam chefes-de-obra, isto é,

(4) - para indivíduos x e y , e propriedades pedreiro, mestre-de-obras e matar:

pedreiro (x)
 mestre-de-obra (y)
 matar (x,y), e
 matador (x)
 morto (y)

Nessa descrição do evento, a atribuição de uma propriedade (como *matar*, *pedreiro*, *mestre-de-obras*) a indivíduos quaisquer x e y , acarreta a seleção de x e y , por uma determinada função categorial, de uma dada categoria de indivíduos (por exemplo ‘animado’, ‘humano’). Em um segundo plano de abstração, podemos pois pensar (1) como referindo-se a um evento-tipo:

(5) - para indivíduos x e y a que convém o predicado matar:

matador (x)
 morto (y)
 matar (x,y)

Procuremos caracterizar um pouco melhor a noção de “papéis”, embora ainda informalmente. DOWTY (1989)⁵ define os papéis temáticos como famílias de relações semânticas – acarretamentos e pressuposições lexicais determinadas por predicados sobre argumentos em posições sintáticas específicas. Voltaremos a Dowty mais abaixo. Falando, porém, de eventos, devemos aqui evitar referência a essas

relações lingüísticas. Inspirados em BARWISE e PERRY (1983), definamos previamente uma relação de “envolvimento” que corresponde, na semântica de situações, aproximadamente, a acarretamentos e pressuposições.⁶ Intuitivamente:

- (6) Uma eventualidade E_1 envolve outra eventualidade E_2 se e somente se todo evento atual e_2 é parte de um evento atual e_1 .

Para usar um exemplo anterior, suponhamos uma situação em que alguém beija alguém. A eventualidade descrita envolve diferentes eventualidades que se podem descrever em orações como:

- (7) a - Alguém agiu de um certo modo intencionalmente⁷
 b - Alguém tocou em alguém,
 c - Alguém manifestou afeto a alguém,
 d - Alguém tem boca,
 e - Alguém estava próximo de alguém na situação,
 f - Alguém foi tocado por alguém,
 etc.

Os participantes, em função da eventualidade de que participam, não somente são associados a uma determinada categoria de indivíduos mas ainda se lhes atribuem diversas propriedades – estados, atividades, processos, ações, afetações, relações que os caracterizam, **enquanto participantes da eventualidade**. Ou seja, o papel desempenhado pelos indivíduos na eventualidade é uma função parcial do conjunto de eventos sobre o conjunto dos indivíduos.⁸

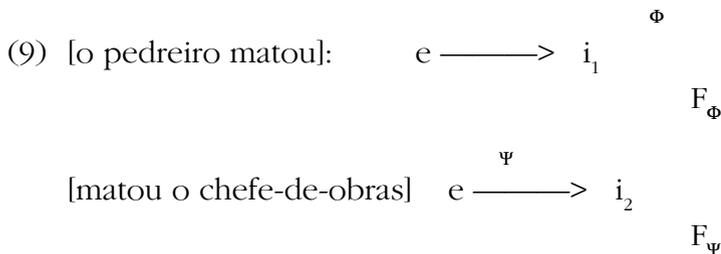
FRANCHI (1975) sugere representar esquematicamente essa função na forma (a) ou no grafo (b):

- (8) a - $((\Phi e)i) >$

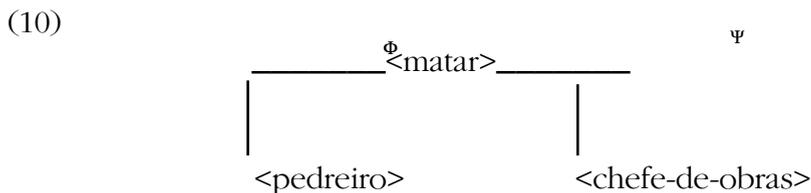
$$b - e \xrightarrow{\Phi} i$$

$F_{(\Phi)}$

em que “ Φ ” representa o conjunto das propriedades estruturadas associadas ao indivíduo i na eventualidade e de que participa; $F_{(\Phi)}$ representa a “função” (agora no sentido de papel) desempenhada por i na eventualidade e . Isso permite “fatorar” uma eventualidade em diferentes subeventualidades.⁹ Assim, em uma oração como (1), se reconheceriam pelo menos duas sub-eventualidades:



ou, informalmente:¹⁰



Embora se assuma uma certa estruturação dos eventos como ponto de partida para a produção das expressões lingüísticas, não se supõe deva ela fazer parte de uma teoria gramatical. Entenda-se somente como a motivação exterior para a seleção dos itens lexicais semanticamente compatíveis (e, pois, pré-estruturados) que constituem o material bruto sobre que opera a sintaxe, conforme a “perspectiva” discursiva em que o falante estabelece seu ponto de vista sobre a eventualidade.¹¹

De fato, nada até agora nos permite caracterizar a noção lingüística de “papéis temáticos” associados aos argumentos pela relação de Predicação em que entram. Chegamos a uma certa compreensão do que seja o papel dos indivíduos em uma eventualidade a que os papéis temáticos correspondem nas expressões lingüísticas que a descrevem – “matador”, “morto” ou “odiador”, “odiado” ou ainda, semelhantes

“julgador”/“réu” em eventos de “julgar” nos tribunais, ou de “comprador”, “vendedor”, “objeto de compra”, “valor” para eventos de compra-e-venda, e assim por diante. Na verdade, estamos falando, de nossa experiência sobre a realidade, resultado dos modos pelos quais operamos sobre eles, perceptiva, física, cultural e socialmente.

O que é importante salientar aqui é que estruturação cognitiva e a estruturação lingüística interagem de uma maneira complexa. Projetada sobre a estrutura sintática, na dependência de condições restritivas do léxico, da morfologia e da sintaxe, a representação conceitual adquire uma face lingüística: esta reflete, por um lado, modos específicos de estruturação da realidade, enquanto seqüências de eventos espaço-temporalmente ordenadas e estão, por outro, sujeitas a limites da “gramática” das línguas naturais, universais e específicos a uma dada língua.

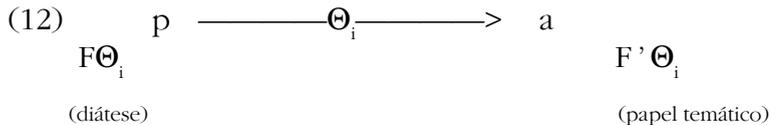
Devemos, então, passar a refletir sobre os modos pelos quais agimos lingüisticamente, passamos de uma ação sobre o mundo para uma ação sobre símbolos, como um modo de estruturar a realidade.

1.2. Como se viu no texto anterior, propusemos uma extensão das teorias mais correntes, em que as funções semânticas, habitualmente chamadas funções temáticas, se definem relacionalmente em todas as instâncias de Predicação, para quaisquer Predicadores e argumentos, independentemente de sua manifestação categorial (Nome, Adjetivo, Verbo, Advérbio, Preposição) e funcional sintática (estruturas sintáticas de predicação, de complementação e de adjunção). As relações temáticas expressam, na teoria, o conteúdo semântico da Predicação e, pois, determina sempre funções de sentido específicas tanto para o predicador como para cada um de seus argumentos. Chamemos à função do predicador “diátese” e à função do argumento “papel temático”.

De modo similar ao proposto acima, em FRANCHI (1975), essa relação se representa formalmente por um metapredicado:

$$(11) \quad (\Theta_i p) a$$

em que o predicador “p” (uma categoria lexical) toma “a” como argumento em uma relação específica Θ_i , que determina os papéis de seus termos. Ou na forma de um grafo de dependências:



Convém dizer algo mais sobre a noção de diátese (no sentido acima). Ao contrário do papel temático atribuído singularmente a um argumento, a diátese de um predicador pode construir-se em um esquema relacional complexo em que entram vários argumentos. A diátese de um predicador dependerá:

- do número de argumentos que toma, ou seja, sua adicidade, que distingue, por exemplo, *matar* (cuja rede temática inclui um agente e um paciente) de *morrer* (que predica de um paciente):
- (13) Sam matou o gato *vs* o gato morreu;
- da qualidade dos papéis temáticos associados a seus argumentos; assim, *matar* e *temer* possuem o mesmo número de argumentos, mas se distinguem porque a rede temática de *temer* atribui a seus argumentos os papéis de experienciador e objetivo:
- (14) Sam matou o gato *vs* Sam não temia o gato;
- da orientação da relação estabelecida entre os argumentos pela mediação do predicador; *vender* e *comprar*, por exemplo, possuem o mesmo número de argumentos com a mesma qualidade temática (agente-fonte, agente-alvo ou destinatário, objetivo, valor), mas instauram diferentes perspectivas, uma tomando como ponto de partida a iniciativa do vendedor, outra, a iniciativa do comprador:

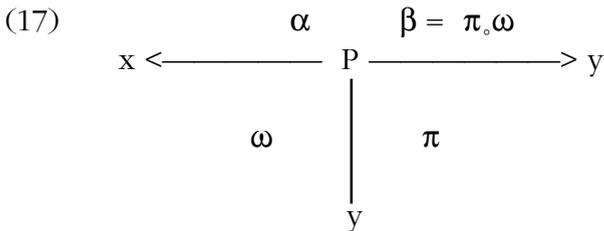
- (15) Sam vendeu o livro a Mário por dez reais *vs* Mário comprou o livro por dez reais de Sam.

Tendo definido abstratamente as funções semânticas, devemos fazer algumas observações a respeito, sobretudo, da passagem da estrutura do evento a sua expressão lingüística, que poderão esclarecer algumas de nossas opções de análise.

Essa relação não é um-a-um. Observe-se que se podem construir diferentes expressões sintáticas, ou descrições, de um mesmo evento. Em primeiro lugar, a escolha de uma representação sintática depende parcialmente da instauração de um ponto de vista, condicionado ao próprio contexto situacional e discursivo onde o enunciado se insere. Tomemos um exemplo mais complexo para ilustrar esse ponto (ILARI e FRANCHI, 1994):

- (16) O Dr. Severo operou o nariz de Eduardo

Podemos representar aproximadamente a estrutura do evento-tipo expresso em orações como as de (16), na forma de (10) em um grafo relacional como:



onde “ α ” designa a multi-relação que associa o evento (ou o que expressa o predicado complexo [operou o nariz de Eduardo]) a seu agentivo o médico; “ ω ”, a multi-relação entre o evento e seu paciente nariz; “ π ” a multi-relação entre o objeto e seu possuidor Eduardo; “ β ” a multi-relação entre o evento (ou o predicado nuclear complexo [operou o nariz]) e seu benefactivo e que corresponde à composição das relações “ π ” e “ ω ”.

Observe-se, primeiro, que as relações semânticas são, certamente, propriedades funcionais dos predicadores no léxico. Mas as relações semânticas em uma oração, como se viu no texto anterior, não podem ser definidas para cada item lexical isoladamente, mas para a composição desses itens em predicadores complexos na estrutura hierárquica dos constituintes. Assim, por exemplo, todo o sintagma verbal entra em relação com seu argumento mais externo, as projeções intermediárias, com eventuais objetos indiretos, e o núcleo verbal com seu objeto direto.

Mas a estrutura semântica em (17) é uma estrutura pluridimensional, no sentido de incorporar uma composição transitiva de relações, impossível de instanciar-se na linearidade da oração. Em outros termos, a representação sintática dependerá:

- da instauração de uma perspectiva discursiva (um “ponto de vista”) sobre o evento;
- de uma hierarquia temática que preside ao arranjo dos argumentos – muito simplificadamente;
- dos recursos lexicais e morfológicos disponíveis no acervo de uma língua dada.

Assim, em Português, (17) poderia instanciar-se em diferentes representações:

- (18)- a) O Dr. Severo operou o nariz de Eduardo.
 b) O nariz de Eduardo foi operado pelo Dr. Severo.
 c) O Dr. Severo lhe operou o nariz (ao Eduardo).
 d) Eduardo operou o nariz com o Dr. Severo.

Em (18-a, b) a relação $\hat{a}=\hat{u},\hat{d}$ entre o predicado e seu benefactivo pode ser somente inferida a partir dos mesmos postulados de significação que definem os papéis temáticos (CHIERCHIA, 1984); ambas se contra-põem pelas formas ativa e passiva, esta morfológicamente marcada no sentido de alterar a hierarquia temática. Em (18-c), expressa-se a relação \hat{a} entre o predicado e seu benefactivo e se infere a relação \hat{d} entre o sintagma-nominal objeto e seu possuidor.

Suponhamos que o agentivo seja discursivamente irrelevante, o que se traduz pelo processo de detematização (ou de indeterminação). A promoção a sujeito depende agora da hierarquia temática, em que o papel benefactivo é proeminente sobre os demais desde que incluindo traços de “agentividade”. As instanciações sintáticas dessa nova perspectiva seriam:

- (19) - a) Eduardo operou o nariz (com o dr. X),
 b) Eduardo_i operou o nariz dele_i (com o doutor X),

em que a relação *á* entre o evento e seu agentivo direto se coloca entre parêntesis, a relação *â* entre o predicado e o benefactivo se expressa com ênfase sobre o traço de “agentividade” desse “protorole” na posição de sujeito; enfim, a relação *ð* entre o objeto e o possuidor ou é inferida ou se explicita pela presença do pronome correferente a *Eduardo*.

Nessa perspectiva, colocam-se em uma luz mais clara os fundamentos de uma teoria dos papéis temáticos e a própria compreensão das várias “representações sintáticas” desse evento. A proto-estrutura da eventualidade, o recorte discursivo que dela se faz e as relações que nela se estabelecem, motivam uma determinada seleção de itens lexicais. Esses itens se compõem sintaticamente “projetando” essa proto-estrutura sobre a estrutura sintática e, ao mesmo tempo construindo correlativamente o seu sentido, mediante relações de Predicação.¹² Diátese e papéis temáticos são já noções lingüísticas que dependem, crucialmente, do léxico atual disponível.

Por outro lado, a análise desses exemplos nos mostra que fatores sintáticos condicionam diretamente essas possibilidades de representação sintática. Em um nível mais abstrato, estão os princípios restritivos que delimitam a classe das expressões possíveis das línguas naturais e os parâmetros que orientam sua aplicação em cada uma delas.¹³ No nível mais específico, essas possibilidades estão diretamente condicionadas à morfologia da língua natural considerada. Mais diretamente relacionados ao nosso tema são os mecanismos morfossintáticos que explicitam mudanças na diátese verbal

(morfemas passivos, causativos, aplicativos, etc.) e tornam visíveis à interpretação os papéis temáticos associadas aos argumentos ou à diátese do predicador, nas línguas “argument-marking” e nas línguas “head-marking”.¹⁴ Enfim, as possibilidades de instauração de certas perspectivas estão restritas crucialmente pela disponibilidade no léxico “atual” de itens que expressem a diátese correspondente. Ou não dispomos de um item lexical predicador que a expresse, ou não dispomos de um processo morfossintático ou derivacional que a modifique. Comparem-se:

- (20) a - Paulo alugou/ofereceu uma casa a Pedro por quinhentos reais,
b - Pedro alugou/*ofereceu/*foi oferecido de Paulo uma casa por quinhentos reais,
- (21) a - Cortaram/apararam o cabelo de João com capricho,
b - O corte/*o aparo do cabelo de João foi com capricho;

Ou seja, um item lexical-predicador (independentemente da categoria a que pertence) contém em sua representação a diátese em que se fixou historicamente para seu uso atual, e que contribui para a estruturação da sentença e para sua interpretação, na medida em que determina um conjunto de argumentos explícitos ou implícitos que “devem” ser instanciados em determinadas posições sintáticas. Nesse sentido, o léxico funciona como um “filtro” que limita as instanciações sintáticas possíveis.

2. O ESTATUTO TEÓRICO DOS PAPÉIS TEMÁTICOS

No item anterior, assumimos que entre quaisquer categorias lexicais (predicados em um sentido lógico ou “predicadores” (para usar o termo distintivo sugerido por RAPOSO (1992)) e seus argumentos se estabelecem relações predicativas a que chamamos “relações temáticas”. Às funções determinadas por essas relações sobre os termos chamamos “diátese” e “papéis temáticos”. Os papéis temáticos assim

caracterizados têm, portanto, um caráter derivado e não são termos primitivos da teoria.

Termos como “agente”, “paciente”, “experenciador”, etc., dentro dessa perspectiva teórica, são noções funcionais, meramente descritivas. Uso-as como um expediente cômodo para distinguir os argumentos em uma estrutura semântica. Podemos fazer um paralelo desse uso com o que se faz de termos como “sujeito”, “objeto”, para designar relações estruturais entre um verbo e seus argumentos na representação sintática. É claro que se convenientemente caracterizados, como extensões definicionais estabelecidas a partir de propriedades estruturais, podemos utilizá-las apropriadamente na formulação de princípios e regras, como o princípio da hierarquia temática e diferentes restrições seletivas.

Outros autores (FRANCHI, 1975; FOLEY e VALIN, 1984; JACKENDOFF, 1986, 1990; DOWTY, 1989, 1991) já caracterizaram assim os papéis temáticos, a partir de categorias e relações primitivas. O procedimento do item anterior, porém, se situa em um nível de abstração e, mesmo, de estipulação, que dificulta responder à questão empírica que fizemos: dado um certo predicador, como determinar suas propriedades temáticas inerentes e o conteúdo dessas relações?

2.1. No formalismo das estruturas semânticas de JACKENDOFF (1990), por exemplo, dá-se um conjunto de categorias conceituais primitivas – Thing, Event, State, Action, Place, Path, Property, Amount – que se constroem sobre um conjunto de predicados – Go, Be, Cause, Act, ... – da forma em (22-a), e de funções – In, To, From, ..., da forma em (22-b):

(22) a - [R(X,Y)], b - [R (X)],

que se combinam mediante regras de formação conceitual, para construir conceitos complexos. Dois exemplos (rementendo para detalhes ao texto citado), com a representação conceitual de um State ou um Event, são:

(23) O livro está na mesa

$$[_{STATE} BE ([_{THING} livro], [IN ([_{THING} mesa])])]$$

(24) A porta abriu

$$[_{EVENT} GO ([_{THING} porta], [TO ([_{PROPERTY} aberta])])]$$

Estas, para representar a estrutura conceitual de orações como:

(25) Sam colocou o livro na mesa,

(26) Sam quebrou o vaso,

se compõem em estruturas mais complexas em que se associam, em simultaneidade, os “tiers” da ação e da locação:

(27)

$$[_{EVENT} CAUSE ([_{THING} Sam], [_{STATE} BE ([_{THING} livro], [IN ([_{THING} mesa])])])]$$

$$\Downarrow$$

$$[_{ACTION} ACT ([_{THING} Sam], [_{THING} livro])]$$

(28)

$$[_{EVENT} CAUSE ([_{THING} Sam], [_{EVENT} GO ([_{THING} vaso], [TO ([_{PROPERTY} quebrada])])])]$$

$$\Downarrow$$

$$[_{ACTION} ACT ([_{THING} Sam], [_{THING} porta])]$$

Os papéis temáticos dos argumentos são determinados, nessas estruturas, pelo predicado que o toma como argumento e pela posição argumental que ocupa. Nas primeiras orações, *livro* é um objeto estativo por ser o primeiro argumento de BE, e *mesa* é um locativo, por ser o argumento da função IN; *porta* é um tema, enquanto primeiro argumento de GO e *aberta* é o termo de um processo como argumento de TO, na categoria PATH. Nas orações ativo-causativas, *Sam* é um causador-agente, como primeiro argumento de CAUSE no tier temático e como primeiro argumento de ACT no tier da ação; ao objeto estativo *livro* e ao tema *porta* se associam, no tier da ação, traços semânticos de paciente.

Como no sistema de FRANCHI (1975), no de Jackendoff, os metapredicados expressam a relação semântica que associa predicadores e argumentos, formando com estes expressões complexas e permitindo derivar os papéis temáticos e o seu conteúdo semântico. Ambos os formalismos, porém, são muito rígidos (lexicalistas) para expressar as mudanças de sentido resultante dos processos componenciais e composicionais. Vale, pois, considerar uma proposta mais flexível.

2.2. Já dissemos de passagem que DOWTY (1989, 1991) define o conteúdo semântico dos papéis temáticos, informalmente, como uma família de acarretamentos (“entailments”) e pressuposições partilhadas por argumentos determinados de certos verbos. Como já observamos, melhor seria dizer: dos predicadores, para incluir nesse termo todos os itens lexicais que entram em relações predicativas, independentemente da categoria sintática em que se manifestam.

Desconsiderada a distinção entre pressuposição e acarretamento, defina-se, inicialmente, um “papel temático individual” como faz Dowty, com os ajustes necessários:

(29) Na descrição de um evento, seja um predicador de n -posições argumentais δ , e um argumento x_i desse predicador referindo-se a indivíduo participante do evento:

- um “papel temático individual” $\langle \delta, i \rangle$ é determinado pelo conjunto de todas as propriedades α que se podem atribuir ao indivíduo τ tais que se efetiva o acarretamento

$$(\{ \delta(x_1, \dots, x_i, \dots, x_n) \} \rightarrow \alpha(x_i))$$

DOWTY (1989) observa que \acute{a} é um conjunto de propriedades de “acarretamento trivial de um papel temático individual” (trivial individual thematic role entailment). Isto é, define-se em (29) o papel específico de um predicador particular em uma determinada posição argumental – por exemplo, o matador e o morto em uma oração com

o verbo *matar*, ou o vendedor, o comprador, o objeto da compra-e-venda, o valor, para verbos como *comprare vender*, e assim por diante.

Obviamente a trivialidade desses “papéis” não permite generalizações teóricas com referência a seu conteúdo semântico. Não permite chegar por elas à função categorial que determina classes de argumentos a que princípios ou regras da teoria gramatical fazem referência, como no caso de postular-se que um Princípio de Hierarquia Temática preside à organização da estrutura argumental, seja enquanto propriedade lexical dos predicadores, seja no que diz respeito à seleção de argumentos para determinadas posições sintáticas (funções gramaticais ou discursivas). Certamente, do ponto de vista lingüístico, gostaríamos de caracterizar “papéis” em um nível maior de abstração – papéis temáticos-tipo como, entre outros, o de “agente”, de modo a caracterizar o que há de comum, por exemplo, em “matador”, “jugador”, “comprador”, “vendedor”.

Mas, a partir de (29), pode-se agora, de modo não trivial, definir um papel temático-tipo:

(30) Seja um conjunto T de pares $\langle \delta, i_a \rangle$ em que δ é um predicador de n -posições argumentais e i_a o índice de um de seus argumentos (possivelmente um diferente i para cada predicador):

- um “papel temático-tipo” τ é a intersecção de todos os papéis temáticos individuais determinados por T .

Estamos agora em condições de caracterizar papéis como os de agente, paciente, experienciador, etc. como conjuntos ou “clusters” de acarretamentos que são comuns a todos os papéis temáticos individuais de argumentos de diferentes predicadores. Um argumento x_i -agentivo, por exemplo, poderia ser definido por propriedades que lhe cabem, acarretadas pelo predicador, como “ x_i age intencionalmente em uma descrição adequada do evento”, “... é um ser racional”, “... mantém o controle do processo a que sua ação dá causa”, “é um ser animado”, etc. Façamos, porém, algumas observações para evitar malentendidos.

Termos como “agente”, “paciente”, “experienciador” e outros similares, se referem a certos papéis temáticos prototípicos, mais freqüentemente associados a um grande número de predicadores e, em virtude do princípio da hierarquia temática, instanciados em posições argumentais proeminentes sintaticamente na sentença, como as de sujeito e objeto direto. Como observa Dowty, (18) define um papel temático-tipo como a intersecção de qualquer conjunto de papéis temáticos individuais. Isso coloca de imediato um problema: os propósitos teóricos a que visamos, pressupõem um sistema de papéis temáticos específicos, relevantes para a teoria gramatical.¹⁵ Temos, pois, que definir esse sistema de papéis temáticos-tipo (daqui em diante “papéis temáticos” simplesmente); na verdade, os acarretamentos lexicais que determinam certos traços semânticos funcionais dos argumentos e que são relevantes para a explicação de certas generalizações gramaticais.

Por outro lado, (30) nos permite definir os papéis temáticos de modo mais flexível. Sabe-se que uma das dificuldades para caracterizar esses papéis de modo inequívoco, está no fato de que os critérios definicionais nem sempre permitem distinguir argumentos de modo inteiramente exclusivo. Isto é, propriedades associadas ao agente, como a iniciativa e a intencionalidade, se reconhecem em beneficiários e comitativos; a mudança ou afetação do objeto em determinados processos, que gostaríamos de tomar como critério para a caracterização do paciente, se atribui em muitos casos ao agente; agentes, pacientes, beneficiários se comportam, se colocamos o foco sobre o movimento envolvido em determinadas ações, como fonte, tema e meta; e assim por diante. Aqui bastam alguns exemplos que esclareçam o ponto.

Considerem orações como:

- (31) a - O garoto atrevido correu para fora da sala,
b - O professor correu o garoto atrevido para fora da sala;
- (32) a - Eu aluguei a casa pra você,
b - Você alugou a casa de mim;

- (33) a - João temia Maria por seu comportamento irresponsável,
b - Maria assustava João com gritos estridentes.

Garoto, em (19-b) é um agente, no sentido em que o garoto, de certo modo, controla a ação com que sai – correndo – da sala (como em 19-a) e é afetado pela ação do professor; se observamos o evento enquanto um movimento, *garoto* é o tema (objeto movido, no sentido de Gruber e Jackendoff). *Eu e você* em (20-a,b) trocam suas posições sintáticas, como em todos os casos em que se permutam objetos. Ambos os argumentos são agentes no contrato de locação mas, em relação ao bem locado, são respectivamente fonte e alvo. *João* é um experienciador em (33-a,b). Mas em (33-a), que expressa um estado, *João* não é afetado pela ação de outrem, ao contrário do que ocorre em (33-b).

Casos como estes têm desencorajado a incorporação dos papéis temáticos em uma teoria explícita da gramática (ou de princípios como o da hierarquia temática). Mesmo JACKENDOFF (1990) limita suas regras de “linking” entre a estrutura conceitual e a sintática a um conjunto restrito de papéis temáticos e as define somente para posições de sujeito e complemento do verbo. Entretanto, não há nada de estranho nesses fatos, quando se pensa que os papéis temáticos se caracterizam justamente por essas variadas intersecções possíveis (agente-afetado, agente-fonte, agente-destinatário, experienciador-estativo, experienciador-afetado). E é justamente o caráter mais flexível e aberto do conceito de papéis temáticos adotado que nos facilita a estratégia de atribuir um estatuto teórico não a papéis temáticos assim definidos, mas a famílias de acarretamentos cruciais, relevantes para a teoria gramatical: para o estabelecimento de regras de construção da estrutura argumental conforme o princípio da hierarquia temática (e, pois, nos processos de seleção argumental para determinadas posições sintáticas), para a determinação de fatores de restrição à instanciação de determinadas estruturas sintáticas, para a combinatória que estrutura o sentido das expressões complexas.

Para completar a caracterização do sistema de papéis temáticos convém discutir brevemente três princípios de estruturação interna

que Dowty propõe como restrições necessárias para que os papéis temáticos possam ser utilizados como denotando relações determinadas pelos predicadores (que substituo aqui a “verbos” da formulação original) de uma língua natural:

- (34) *Compleitude*: Todo papel temático individual contém algum papel-temático tipo, ou seja, a toda posição argumental de qualquer predicador é atribuído um papel temático-tipo.
- (35) *Distinção*: Toda posição argumental de um predicador é distinguida de qualquer outra posição argumental do mesmo predicador pelo papel temático-tipo que lhes é atribuída.
- (36) *Independência*: As propriedades de um papel temático-tipo devem ser caracterizadas independentemente das relações (denotadas pelos predicadores de uma língua natural) que as acarretam.

As condições (34) e (35) são reminiscências do Critério- θ da GB, e satisfazem a uma variedade de correntes lingüísticas que fazem referência a papéis temáticos. Por exemplo, para operar com um princípio como o da hierarquia temática, devem-se propor condições do tipo: se um SN de uma oração que ocupa uma determinada posição na hierarquia, então possui tais ou tais propriedades sintáticas. Esse tipo de afirmação pressupõe que todo argumento de um predicador possa ser caracterizado por um papel temático, o que requer (34), e que o argumento seja classificado unicamente, o que requer (35). O que se diz em (36) é que as propriedades que servem para identificar, por exemplo um agente, devem fazer parte do conjunto de propriedades comuns a todos os argumentos-agente, reconhecidas independentemente do predicador particular do qual se está identificando esse papel temático.

Uma última observação. Não custa repetir que, dada a definição de papel temático, tais princípios não impedem que dois argumentos de um predicador possuam traços comuns, como os de agentividade, como em (31)-(32), nem que um mesmo argumento receba papéis

temáticos distintos de diferentes predicadores, como nos casos da adjunção e da predicação secundária. Quanto a essas funções gramaticais, a teoria generalizada dos papéis temáticos implica que adjuntos (adjetivais, adverbiais ou expressos por sintagmas preposicionados), embora não sejam posições sintáticas tematizadas, tenham necessariamente papéis temáticos a atribuir. O que distingue essas estruturas da estrutura argumental é que adjuntos, predicados secundários e sintagmas preposicionados tomam como argumento externo (no sentido de Williams) um argumento tematicamente relacionado a outro predicador.

3. CARACTERIZAÇÃO EMPÍRICA DOS PAPÉIS TEMÁTICOS

Aqui vem somente uma primeira parte de um item mais longo, suficiente para ilustrar como a teoria acima ilumina a análise empírica. Apresentamos somente o estudo de dois dos papéis temáticos – Agente e Causa.

O conjunto de papéis temáticos-tipo relevantes para a teoria gramatical deve ser bastante restrito. Há várias propostas para simplificar o rol dos papéis temáticos, agrupando-os em macro-funções sobre as quais se podem estabelecer alguns princípios e regras relativas à correlação entre a semântica e a sintaxe.

Nas primeiras versões de sua teoria dos papéis temáticos e do componente léxico-conceitual da gramática, Jackendoff, seguindo Gruber, adotava uma teoria estritamente localista: a estruturação de campos semânticos não espaciais seria uma extensão analógica da estrutura conceitual da locação e do movimento. Assim, por exemplo, o Experienciador seria tratado como Locativo ou Meta: o “lugar” onde se dá o medo/prazer/preocupação.¹⁶ O Agente se identificaria à Causa, motora. A descrição de um evento de troca a processos que fazem o objeto trocado – o Tema – sair (GO FROM) do possuidor e ir (GO TO) o recebedor.¹⁷ E assim por diante.

JACKENDOFF (1986) reconhece tratar-se, em muitos casos, de uma falsa generalização: os argumentos e posições sintáticas associados a esses papéis possuem distintas propriedades. Basta

notar que ocupam posições distintas na hierarquia temática que estabelece a ordenação dos argumentos na estrutura argumental sintática: o Experienciador, como Estativo ou Objeto Afetado, e não o Locativo, ocupa normalmente posições respectivas de sujeito e objeto:

- (37) a - Paulo assustou o filho no quarto escuro,
 b - Longe do pai, o filho de Paulo tem medo do escuro.

Agente e Causa podem ser os papéis temáticos de diferentes argumentos do mesmo predicador; sua identificação violaria o princípio de distinção (35). Além disso, o Agente é sempre proeminente em relação à Causa:

- (38) a - Sam tirou a poeira com um sopro bem forte,
 b - Um sopro bem forte tira essa poeira,
 c - * Um sopro bem forte tira essa poeira de/com/por Sam.

Também é problema a excessiva extensão do Tema: objeto locado ou em movimento. Em (28), *o vaso*, na representação da oração (38-a), é um Tema (primeiro argumento de GO). Seria também Tema em (38-b,c,d):

- (38) a - Sam quebrou o vaso,
 b - Sam encheu o vaso com terra vegetal,
 c - Sam modelou o vaso,
 d - Sam colocou o vaso na estante.

Nessa análise, perde-se a diferença fundamental entre os traços de afetação do objeto em (39-a), condição necessária para a aceitabilidade de uma construção “ergativa” (WHITAKER-FRANCHI, 1989), duvidosa como correspondente a (b) e impossível com (c), e (d):

- (39) a - O vaso quebrou/? encheu com terra vegetal,
 c - O vaso * modelou/* colocou na estante.

Mais tarde, adaptando propostas de CULICOVER e WILKINS (1984, 1986) e de TALMY (1985), JACKENDOFF (1987) divide os papéis

temáticos em dois planos (“tiers”), o temático, da locação e do movimento, e o plano da ação, em que se reincorporam noções como as de Agente, Paciente, Instrumento. Embora se possam encontrar fenômenos de analogia formal entre esses dois planos, a redução dos papéis temáticos por essa via sempre se mostra uma falsa generalização quando submetida a uma análise mais cuidadosa e estendida a uma gama maior de fatos.

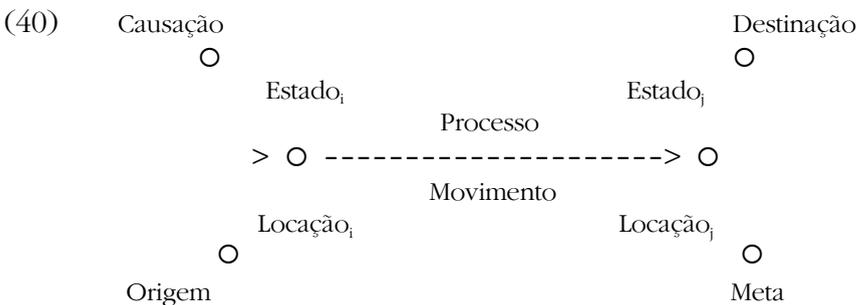
FOLEY e VAN VALIN (1984) propõe a oposição de duas macro-funções semânticas: *Actor* e *Undergoer*. Essas macrofunções são rubricas para relações generalizadas e abrangentes entre um predicado e seus argumentos, subsumindo diferentes papéis temáticos. Por exemplo, Actor inclui elementos como Agente, Forças, Causa, Instrumento, Fonte, que possuem em comum o fato de serem a origem de processos e possíveis controladores dele. Undergoer depende inteiramente das propriedades semânticas do predicado, tendo uma definição bem mais vaga.

DOWTY (1991) propõe a divisão dos papéis temáticos em duas macro-funções básicas, prototípicas, ou Proto-Roles: *Proto-Agent* e o *Proto-Patient*. Essas macro-funções são definidas por uma possível e não-exaustiva lista de acarretamentos lexicais. Um papel temático associado a um NP qualquer é a lista de traços concernentes do que sabemos ou pressupomos desse elemento, conforme definido anteriormente. Para a definição do Proto-Agent, contribuiriam propriedades como: envolvimento volicional em um evento ou estado; percepção ou sensação; causar um evento ou mudança de estado em outro participante, etc.; propriedades que contribuiriam para o Proto-Patient: sofre mudança de estado, causalmente afetado por outro participante, estacionário em relação ao outro participante, etc. A maior ou menor presença de acarretamentos definíveis na relação entre o predicado e seu argumento determinaria os diferentes papéis temáticos. Isso sugere que os papéis temáticos não seriam noções discretas mas “cluster concepts” ou “fuzzy categories”, no sentido de ROSCH (1973, 1978) e LAKOFF (1977), nomeando os feixes de acarretamentos prototípicos. À primeira vista, esses Proto-Roles

poderiam parecer equivalentes às macro-funções de Foley e Van Valin, mas não o são. A definição consistentemente semântica de Dowty contrasta com a caracterização vaga e a extensão de critérios adotados por Foley e Van Valin. Também, as macro-funções de Foley e Van Valin são categorias discretas, enquanto que os Proto-Roles de Dowty são categorias “fuzzy”.

Diferentemente desses autores, preferimos utilizar-nos justamente da flexibilidade resultante da formulação de Dowty que nos permite operar sobre uma multiplicidade de papéis, assegurando sua determinação e finitude pela construção deles a partir de um conjunto preciso e mínimo de acarretamentos e pressuposições relevantes. A essas macro-funções se atribui uma relevância mais direta na teoria: nelas se agrupam diferentes “papéis temáticos” porque possuem uma propriedade comum, sobre a qual se podem estabelecer generalizações interessantes.

Na caracterização das macrofunções, aceita-se, inicialmente uma divisão dos papéis temáticos em dois planos, aproximadamente os sugeridos por Jackendoff: o plano da locação e o plano da causação (o plano do movimento e o plano do processo). Para orientar a exposição, vamos representá-las, de certo modo “icônico”, no diagrama:



em que se estabelecem, em cada “tier”, quatro grupos principais de papéis temáticos, conforme se associem aos argumentos as propriedades que se infiram do sentido dos predicadores via acarretamentos ou pressuposições.¹⁸

3.1. Pode-se aproximar uma primeira macrofunção à de Actor de Foley e Valin e à de Proto-Agent de Dowty. Uma das propriedades definidoras é a de o predicador pressupor/acarretar a um de seus argumentos:

- ter algum papel no desencadeamento do processo,

ou mais geralmente a de

- estar na origem do processo.

A macrofunção resultante – chamemo-la CAUSA, para distinguir do papel temático Causa – se manifesta como uma das propriedades dos predicadores que expressam causas e ações que mudam/movem um objeto de um estado/locus a outro estado locus. Ela inclui os papéis temáticos de Agente, Força, Causa, Instrumento, no “tier” da “causação”, e de Fonte/Procedência, no “tier” da locação.

As ações humanas, como uma subclasse dos eventos, estão associadas à noção de agentividade: que eventos revelam essa propriedade? O que são os atos e ações de uma pessoa em contraste com os acontecimentos em que está envolvida?¹⁹

A noção de causa tem sido uma das chaves para uma resposta, tanto entre filósofos, quanto entre lingüistas. De fato, na atribuição de agentividade, sempre se pode mostrar que um certo evento foi causado pela ação do agente. Observe-se que a noção de causalidade envolvida nessa descrição é a de uma relação que se estabelece entre dois subeventos: o que o agente fez e o que resultou de sua ação. Mas nem todo evento que se atribui a um agente pode ser explicado como causado por outro evento. Exemplos mais claros são os que expressam atividades (“activities”), como em (41), mesmo os que tomam um objeto-argumento não afetado pelo processo, como em (42):

(41) a - Maria telefonou/sorriu/...

b - Paulo saiu, corria pela sala/...

(42) a - João estava lendo um livro,

b - Eu ando procurando uma resposta para estas questões.

Além disso, certas ações devem ser primitivas, no sentido de que não podem ser analisadas em termos de relações causais a atos do mesmo agente.²⁰

(43) Sam levantou os olhos para o céu.

Há, ainda, propriedades distribucionais, sintáticas, que contrariam a aparente generalização de confundir Agente e Causa. Como dissemos acima (ex. (38)), isso coloca problemas para um princípio como o de Distinção: uma mesma oração pode incluir não somente uma relação com um Agente, mas ainda com uma Causa inteiramente independente da ação do agente.

Por outro lado, a noção de Causa, ao contrário da de Agente, se estende não somente a ações, mas a processos e estados:

- (44) a - A imersão do Sonrisal na água o dissolve,
 b - A incerteza quanto ao futuro iguala, na dúvida, esses dois projetos,
 c - Sua defesa dos direitos humanos custou-lhe a vida
 d - O texto é obscuro pelo uso inapropriado dessas noções.

Enfim, como mostrou WHITAKER-FRANCHI (1989), verbos cuja diátese é tipicamente agentiva, por expressarem ações ou estados humanos bem específicas, como *assassinar*, *escrever*, *temer* estão excluídos da alternância causativa/ergativa:

- (45) a - O gatuno assassinou o indefeso morador,
 b - * O indefeso morador assassinou,

- (46) a - O gatuno teme os processos na justiça,
 b - * Os processos na justiça temem.

Em síntese, a noção de causalidade, embora central para o conceito de agentividade e útil para explicar os subeventos conseqüentes da ação, não explica o sentido básico específico de agentividade: causalidade e agentividade têm um papel no desencadeamento de um processo, mas se distinguem claramente.²¹

Uma outra possibilidade é a de recorrer à noção de intencionalidade, o que não se faz sem problemas. Vejamos as orações como:

- (47) a. João quebrou o vaso,
 b. João pegou e quebrou o vaso,
 c. João quebrou o vaso com um martelo,
 d. João quebrou o vaso original achando que era o falso,
 e. João quebrou o vaso sem querer porque não o carregou com cuidado,
 f. João quebrou o vaso quando José o empurrou sobre ele.

Em (a) temos uma oração vaga quanto à intencionalidade da ação de João, que gostaríamos de analisar como agente. Em (b) e (c), a coordenação de *quebrou* e *pegou* – uma espécie de verbo “vazio” – desfaz a ambigüidade ou a intencionalidade se deriva da composição do predicador com o adjunto instrumental. Em (d), está clara a intenção de João em quebrar um vaso, embora o processo resultante não tenha sido intencional. E em (e), não se pode dizer que João tenha agido com o propósito de quebrar o vaso: isso resultou porém diretamente de sua ação, que não exclui intencionalidade. Finalmente, em (f) nem de João, nem de José se diz que agiram intencionalmente para quebrar o vaso nem que o resultado decorra de uma ação intencional de João. Os exemplos, pois, nos mostram que intencionalidade implica agentividade, mas não vice-versa:²²

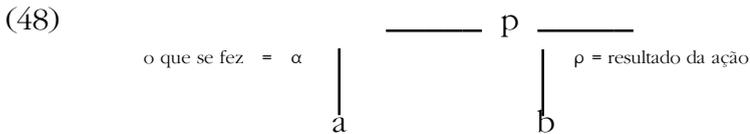
- se o predicador acarreta intencionalidade a um argumento, determina-o funcionalmente com um traço de agentividade, selecionando-o, conseqüentemente, na categoria dos animados.

Alguns autores preferem dizer que a noção funcional de Agente decorre do fato de que a descrição do evento tem como conseqüência o controle do processo pelo argumento e que intencionalidade implica:

- ter o processo sob imediato controle.

O modo, porém, por que relacionamos intencionalidade a agentividade exclui, obviamente, imediata controlabilidade do resultado da ação como consequência necessária, embora não exclua a compatibilidade entre essas duas propriedades.²³

A proposta de FRANCHI (1975) de fatorar um evento complexo em diferentes subeventos – o que o Agente fez e o que resultou de sua ação e afeta um objeto:²⁴



parece oferecer uma solução a esse problema, embora nos reste estender a análise a um corpus significativo bem mais amplo. Como vimos em (47), expressões vagas quanto à intencionalidade do argumento a que associamos traços de agentividade, são vagas em relação à intenção de se obter da ação o resultado expresso na descrição do evento. Nesse esquema, ter o controle imediato da ação não implica intencionalidade. O que se deve avaliar, pois, na caracterização da agentividade (na ausência de outros traços decisivos como a intencionalidade) é entender a noção intuitiva de “controle da ação” como incidindo sobre os acarretamentos expressos por α em (48).

Um critério para essa avaliação é a possibilidade ou não de relacionar as orações em questão à correspondente passiva *ser-Vdo-por N*. Uma restrição à aceitabilidade dessa passiva aparece em casos óbvios de ausência de controle do evento pelo argumento – “sujeito”. Comparem-se:

- (49) a - João encontrou o livro (que procurava),
 b - João encontrava os amigos no Café do Ponto [se encontrava com]
 c - O dia já nos encontrava levantados e trabalhando;
- (50) a - O livro, que ele procurava, foi encontrado por João,
 b - ?? Os amigos eram encontrados por João no Café do Ponto
 [no sentido relevante],
 c - * Nós já éramos encontrados pelo dia levantados e trabalhando;

- (51) a - O arqueiro apontou a flecha para o norte,
b - A flecha aponta o norte;
- (52) a - A flecha foi apontada pelo arqueiro para o norte,
b - ?? O norte foi apontado pela flecha.
- (53) a - A cozinheira apura o ponto do doce de leite com maisena,
b - A maisena apura o ponto do doce de leite;
- (54) a - O ponto do doce foi apurado com maisena pela cozinheira,
b - * O ponto do doce foi apurado pela maisena.

Avaliemos agora os exemplos de (47):

- (55) a. O vaso foi quebrado por João,
c. O vaso foi quebrado por João com um martelo,
d. O vaso original foi quebrado por João achando que era o falso,
e. O vaso foi quebrado por João quebrou sem querer,
f. ?? O vaso, quando José empurrou ele, foi quebrado por João,
[no sentido relevante]

Em todos os casos em que João controla a ação, mesmo quando não controle o resultado dessa ação, a passiva é plenamente aceitável. Em (a) a vaguidade é reduzida por uma interpretação preferencial de controle e intencionalidade; em (f) perde-se, do sentido de (47-f), justamente a idéia de ausência de controle.

Nesse sentido, poderíamos chamar de “agente-prototípico” um papel temático-tipo que se define somente quando se incluíse na intersecção dos papéis individuais dos predicadores o acarretamento dessas propriedades – ter um papel no desenvolvimento do processo, ter intencionalidade, ter um controle da ação no sentido acima. Mas é importante notar que não se está “definindo” o Agente por todas elas,²⁵ visto que, em português, a segunda implica agentividade mas não é implicada pelos traços de agentividade.

Além disso, propriedades como iniciativa, controle da ação, podem estar associadas a outros acarretamentos gramaticalmente relevantes e, pois, caracterizar diferentes papéis temáticos. Por exemplo, o Beneficiário-“Meta”, em virtude de propriedades lexicais do predicadores (em geral os que indicam um processo de troca ou uma ação sobre algo que se possui (sobretudo como parte de si mesmo), pode interpretar-se como associado a propriedades como a de ter iniciativa, intencionalidade, responsabilidade partilhada no processo com o Agente-“Fonte”. Se assim se “interpreta” o evento, ele pode manifestar-se por algumas estruturas sintáticas bastante indicativas, como se mostrou nos exemplos de (18):

- (18) a - O Dr. Severo operou o nariz de Eduardo,
b - O nariz de Eduardo foi operado pelo Dr. Severo,
c - O Dr. Severo lhe operou o nariz (ao Eduardo),
d - Eduardo operou o nariz com o Dr. Severo.

e se vê na possibilidade de inversão em:

- (56) a - João alugou/emprestou um carro para Maria,
b - Maria alugou/emprestou um carro de João [no falar paulista]

3.2. Embora não pretendamos fazer aqui uma caracterização de todos os papéis temáticos a que se refere a literatura, vale fazê-la para a Causa, que distinguimos de Agente. A causalidade é uma relação entre dois eventos.²⁶ Em SHIBATANI (1976), dois eventos constituem uma situação causativa se as duas condições seguintes ocorrem: (i) a relação entre os dois eventos é tal que o falante acredita que a ocorrência de um evento, “o evento causado”, foi realizada em t_2 , seguinte a t_1 que é o tempo do “evento causador”; (ii) a relação entre o “evento causador” e “o evento causado” é tal que o falante acredita que a ocorrência do “evento causado” é dependente da ocorrência do “evento causador”; a dependência dos dois eventos aqui deve ser de tal extensão que permite o falante inferir que “o evento causado” não teria acontecido naquele tempo particular se o “evento causador”

não tivesse acontecido, estabelecendo que todo o resto tenha permanecido o mesmo.

Falando relação entre eventos, como vimos acima, não estamos adotando uma análise bi-sentencial das sentenças simples que expressam a causalidade:

(57) a - Sam dissolveu o Sonrisal na água,

b - A água dissolveu o Sonrisal;

(58) a - [Sam fazer algo] CAUSA [o Sonrisal dissolver-se na água]

b - [A água ter tais e tais propriedades] CAUSA [o Sonrisal dissolver-se]

Do ponto de vista da estrutura lingüística o evento causador pode ser representado por uma categoria nominal como argumento (ou adjunto) de um predicador, como vimos em (44):

(44) a - A imersão do Sonrisal na água o dissolve,

b - A incerteza quanto ao futuro iguala, na dúvida, esses dois projetos,

c - Sua defesa dos direitos humanos custou-lhe a vida,

d - O texto é obscuro pelo uso inapropriado dessas noções,

ou mesmo inferido pragmaticamente de uma expressão com um único argumento singular que pressupõe mas, por si, não expressa um evento. De fato, as orações abaixo podem ter uma interpretação puramente causativa (ao lado de uma agentiva não relevante aqui):

(59) a - As crianças me obrigam a ficar em casa,

b - Esses alunos me deixaram doente,

c - Maria matou de inveja as suas coleguinhas;

justamente quando interpretadas como:²⁷

(60) a - O fato de meus filhos serem ainda criança, ...

b - O comportamento desses alunos ...

c - O que Maria é, mostra, tem ...

Ou seja, a relação dos argumentos *as crianças/esses alunos/Maria* com seus predicadores *me obrigam a ficar em casa/me deixaram doente/matou de inveja suas coleguinhas* permite inferir que é alguma propriedade das crianças ou alunos ou o fato de que agem de um certo modo que é causa do estado ou processo envolvido, sem que se possa entender que haja da parte das crianças e dos alunos, como conseqüência necessária, uma ação intencional e o controle do processo desencadeado. Se acrescentarmos, por exemplo, uma causa como adjunto da sentença, relativa à própria causação, terá de ter uma espécie de relação anafórica com a primeira, como uma explicação mais detalhada do “evento causador”:

- (61) a - Esses alunos ainda me matam com seu comportamento,
 b - Esses alunos ainda me matam por causa da bagunça que fazem;

se esse não for o caso, isto é, quando a causa incide sobre o processo, a interpretação agentiva (mesmo que metafórica) se impõe:

- (62) * Os alunos ainda me matam por causa das notas que dei
 [na interpretação não-agentiva]

Em dois aspectos as construções com argumento-Causa nos permitem reforçar a argumentação a favor de nossas análises. Parece necessário distinguir entre a causa direta ou imediata e a causa indireta ou mediata. Na primeira, a relação entre os dois eventos – causador e causado – é de conseqüência: a dependência dos dois eventos deve ser tal que permita ao falante/intérprete inferir a relação causalidade entre “o evento causado” e o “evento causador” como estabelecendo-se sem a mediação de outra ação, processo ou estado de um dos participantes do evento descrito. Caso contrário, a causa é indireta, mediada, e corresponde mais de perto à uma motivação. A causação é direta nos casos que orações como (59) e (61) se interpretam como agindo o causador intencionalmente e com controle de sua ação; ou em exemplos como:

- (63) a - O chefe me pôs pra fazer horas extras,
 b - Um longa enfermidade matou meu amigo,
 c - Essas experiências nos ensinam a ter paciência,

que admitem todas uma conversão passiva:

- (64) a - Eu fui posto pra fazer horas extras pelo chefe,
 b - Meu amigo foi morto por uma longa enfermidade,
 c - Somos ensinados a ter paciência por essas experiências.

A causa é indireta nas causativas perifrásticas (que não são relevantes aqui), e em exemplos como os de (59) na interpretação dada e de:

- (65) a - A rispidez do chefe preocupa seus subordinados,
 b - Isso me admira muito,

em que é o experienciador que controla o estado em que fica ou o processo em que está: medeia a relação de causalidade.

Nos exemplos de (59), com sujeito animado, as construções passivas com *ser-Vdo-por N*, quando possíveis, levam a uma interpretação agentiva:

- (66) a - Eu fui obrigada a ficar em casa pelas crianças,
 b - Eu fui deixado doente por esses alunos.

As crianças e os alunos são entendidos como tendo o Agente tem o controle da ação,²⁸ ou são totalmente inaceitáveis, como é, aliás, o caso das orações em (65) como observou Cançado para toda a classe dos verbos psicológicos desse tipo (1995):

- (67) a - Maria matou de inveja/matou as coleguinhas;
 b - As coleguinhas *foram mortas de inveja/foram mortas por Maria;

- (68) a - *Os subordinados do chefe foram preocupados pela sua rispidez,
 b - * Eu sou muito admirado por isso.

Com exceção dos verbos psicológicos dessa classe e de alguns outros poucos exemplos em que a diátese do predador atribui

diretamente um papel temático Causa a seu sujeito, é difícil construir exemplos de causativas indiretas sintéticas com um sujeito-Causa.²⁹

Também aqui, uma distinção dos subeventos em que se fatora a descrição do evento descrito na oração aponta para uma explicação intuitiva. Consideremos, inicialmente, a alternância na posição de sujeito no caso dos chamados verbos ergativos:

- (69) a - João abriu a porta com um golpe de pé-de-cabra,
b - A porta abriu com um golpe de pé-de-cabra,
c - Um golpe de pé-de-cabra abriu a porta.

Entretanto, há uma forte restrição à “promoção” da Causa à posição de sujeito quando a relação de causalidade não incide sobre o processo. Comparem as orações:

- (70) a - Maria rasgou o dinheiro de/por raiva,
b - Maria rasgou o dinheiro com um talho de canivete;
- (71) a - Maria quebrou o vaso pela vontade de chatear os pais,
b - Maria quebrou o vaso por descuido.

Em (a) os sintagmas preposicionados expressam o móvel da ação de Maria; em (b), expressam o porquê do resultado dessa ação. No caso de (a), a indeterminação ou detematização do Agente não autoriza a causa na posição de sujeito:³⁰

- (72) a - * Raiva/*a raiva de Maria rasgou o dinheiro,
b - Um talho de canivete rasgou o dinheiro;
- (73) a - * A vontade de chatear os pais quebrou o vaso,
b - O descuido de Maria quebrou o vaso

3.3. Para não alongar em demasia este texto, já suficiente para a sua destinação ao curso, limitamo-nos a apresentar brevemente as outras macrofunções. Um tratamento mais extenso se dará em Franchi e Cançado (a sair).

A macrofunção do OBJETO AFETADO envolve de modo específico os **processos**, que mudam o objeto de um estado a outro ou de um lugar a outro, e se caracteriza pela propriedade de o argumento:

- ser afetado pelo processo,
- passar por uma mudança de estado ou locação.

Vários autores têm mostrado a relevância da propriedade de um argumento “ser afetado”, na descrição de diferentes estruturas sintáticas,³¹ como no caso das construções ergativas. WHITAKER-FRANCHI (1989) observa que a propriedade da afetação de estado do complemento é uma condição necessária, embora não suficiente, na definição da classe de verbos que admitem a alternância causativa/ergativa. Assim, por exemplo, em orações como:

(74) Paulo quebrou/encheu de terra/abaixou/deformou/... o vaso, em que o vaso muda de estado no processo desencadeado por Paulo, são possíveis as ergativas correspondentes:

(75) O vaso quebrou/encheu de terra/abaixou/deformou, ao contrário dos verbos que não expressam mudança de estado de seu argumento-complemento – um Objetivo (no sentido de WHITAKER-FRANCHI, 1989) em (76), ou um Resultativo (no sentido de FILLMORE, 1965) em (77), como mostra o contraste:

(76) a - Paulo segura/projeta/cobre/olha... o vaso de concreto,
 b - * O vaso de concreto segura/projeta/cobre/olha;

(77) a - Paulo constrói/prepara/concreta... os alicerces,
 b - * Os alicerces constroem/preparam/concretam...

Uma terceira macrofunção – a ESTATIVA – aos papéis temáticos que são determinados por predicadores estativos, como os que entram em uma predicação atributiva:

- (78)a - João tem fome,
b - A seta aponta o norte,
c - Esse carro vende bem,
d - O livro custa dez cruzeiros;
- (79)a - João é inteligente,
b - Considero João inteligente;

Ou ainda os papéis temáticos que, embora associados por predicadores que expressam causas, ações, atividades, processos, constituem somente um termo de referência para a identificação da natureza desses eventos, sem qualquer acarretamento de mudança de estado ou locação. Dois desses papéis são prototipicamente o Objetivo e o Resultativo, referidos acima, o primeiro expressando um participante do evento em relação ao qual uma atividade ou um estado é referido e o segundo, um participante que expressa o estado final de um elemento no processo.

Essa distinção de um número mais amplo de papéis se justificou quando contrapusemos o Objetivo e o Resultativo ao Objeto Afetado nas construções ergativas. E justifica, ainda, o abandono de uma hipótese estritamente localista. De fato, na versão de Gruber/Jackendoff, até hoje predominante na literatura gerativista, todos os complementos em (74), (76-a) e (77-a) seriam associados ao papel temático Tema. Um outra ambigüidade da noção de Tema, enquanto objeto locado ou movido, é a de não distinguir ainda o Locativo (estativo) do Objeto Movido (afetado), criando dificuldades para a formulação descritivamente adequada de uma hierarquia temática.³²

Ao contrário um papel temático como o de Experienciador não parece ser relevante para a teoria gramatical e, sim, uma rubrica descritiva somente quando se fala de verbos experienciais. A característica definidora que é associada comumente à “definição” do Experienciador é o fato de que os predicadores expressam seja um estado psicológico, seja uma mudança de estado psicológico ou mental de seu argumento animado (por exemplo, verbos de percepção, verbos epistêmicos, verbos de estados psicológicos).

Observe-se, porém, que em (80) tem-se a expressão de um estado, sendo ambos os argumentos estativos:

(80) a - Sam via as fotografias,

b - Este gato não teme nenhum cachorro;

em outros casos, se expressa um processo, sendo o Experienciador um Objeto Afetado, sem contraparte causativa:

(81) a - Sam sofreu muito na extração de dente,

b - (Sam agrediu o companheiro e) depois ele (se) arrependeu;

e, em outros ainda, se expressam ações (DOWTY, 1989):

(82) a - Sam olhou a garota com o rabo dos olhos,

b - Sam assustou o companheiro com sua agressão.

Em (82-a), enquanto Agente, o Experienciador ocupa a posição de sujeito e em (82-b), enquanto Objeto Afetado ocupa a posição de complemento e é dessas propriedades agentivas e de afetação que se derivam as conseqüências gramaticais atribuídas ao Experienciador.³³

Pode-se, enfim, falar de uma macro função – DESTINAÇÃO – cujos papéis temáticos se caracterizam por expressarem o termo final de um movimento (Meta, no “tier” da locação) ou de um processo seja expressando o elemento interessado nele (o Beneficiário), seja expressando seu propósito (a Finalidade).

NOTAS

¹ Ver JACKENDOFF (1983, 1990), CHIERCHIA (1984, 1989) e, com as reservas que o autor impõe, DOWTY (1991) e outros a que se fará referência no desenvolvimento do texto. Observe-se que não se exclui, em princípio, o interesse de uma semântica referencial (seja na forma clássica, seja em uma semântica de situações como a de BARWISE e PERRY, 1983) ou da construção de uma forma lógica desde que mediada pelas estruturas de sentido: os modos de significação.

² Isso não quer dizer que a sintaxe deva ser explicada pelas estruturas semânticas. De fato, todos conhecem as dificuldades insuperáveis para reduzir, por exemplo, categorias sintáticas a categorias semânticas; ou para caracterizar relações e funções gramaticais como as de sujeito, objeto a partir de relações e funções temáticas; ou para tentar explicar inteiramente nesses termos fenômenos sintáticos como os da passiva.

³ Ver texto sobre a Predicação, 1.3.

⁴ Ver texto sobre Predicação, 1.3.

⁵ Ver, também, CHIERCHIA, 1984 e DOWTY e LADUSAW, 1988, em que já se propõe uma caracterização dos “papéis temáticos” como um conjunto de propriedades acarretadas por um predicado lexical para cada um de seus argumentos.

⁶ Não é nosso intuito aqui formalizar mais precisamente essas noções, mas indicar caminhos visíveis nesse sentido. Para uma formulação técnica, que em Barwise e Perry envolve diferentes conceitos e convenções notacionais específicos, veja-se o livro dos autores, capítulo 5.

⁷ Ver CANÇADO (1955) para uma discussão da noção de intencionalidade envolvida.

⁸ Nessa linha se pode ver a definição de “roles” na semântica das situações em BARWISE e PERRY (1983) que se pode comparar com a versão de CHIERCHIA (1984, p. 324). Mais formalmente, este autor define a noção de papel temático com base nas mesmas intuições. Assume, como categorias ontológicas primitivas, indivíduos e um conjunto de propriedades “naturais” com seus complementos, ou seja, relações de n-posições argumentais. Define uma eventualidade (CHIERCHIA, 1989):

(i) Uma eventualidade é uma n+1-dupla $\langle p^n, x_1, \dots, x_n \rangle$ em que “p” é um predicado de n-posições argumentais e qualquer x_i um indivíduo,

para a seguir definir um papel temático:

(ii) Um papel- \hat{E} é uma função parcial do conjunto de eventos sobre o conjunto dos indivíduos tais que para todo evento k, se $\hat{E}(k)$ é definido, então $\hat{E}(k) \in k$.

⁹ Intuição semelhante se pode ver em PUSTEJOVSKY (1988, 1991, 1995), em um outro quadro teórico.

¹⁰ O símbolo “<...>” está para indicar que não se trata de expressões lingüísticas. FRANCHI (1975) se refere a esses objetos abstratos como “semions”, termo que toma emprestado a SAUMJAN (1995). Tomem-se esses gráficos como meras ilustrações: trata-se somente de encontrar uma representação satisfatória de uma eventualidade para efeitos de exposição neste texto.

¹¹ (9) e (10) expressam uma pré-estruturação invariante relativamente a várias possibilidades de expressão, dependendo do léxico selecionado e dos recursos morfossintáticos da língua em que se expressa e da perspectiva discursiva instaurada:

- (i) a - O pedreiro matou o chefe-de-obras,
- b - O pedreiro, (ele) matou o chefe-de-obras,
- c - O chefe-de-obras foi morto pelo pedreiro,
- d - O chefe-de-obras, o pedreiro matou(-o/ele),
- e - O chefe-de-obras morreu; o pedreiro matou(-o/ele), ...

Aqui, afastamo-nos da decisão de CHOMSKY (1995-b, p. 237): o autor afirma que não existe uma questão significativa sobre como a “numeração” (um “array” finito aleatório de itens lexicais) é formada em vez de outra qualquer. Assim, deveríamos fazer silêncio a esse respeito. Entretanto, essa decisão é tão arbitrária quanto a nossa, intuitiva e psicologicamente mais adequada.

¹² “Projeção” deve entender-se aqui em um sentido quase geométrico, como a operação que transporta as representações de um plano (concreto) sobre outro (o simbólico), preservando a estrutura – as relações e seus termos. Lembre-se, porém, que não se pode restringir a Predicação a uma relação entre termos (ou estruturas sintáticas à projeção de representações lexicais), já que a Predicação envolve processos componenciais e composicionais, se está correta nossa análise no texto anterior.

Obviamente, as diferentes construções de (18)-(19) não se derivam transformacionalmente na sintaxe (o que se expressa no postulado básico uma estrita autonomia da semântica e da sintaxe). Mas a relação entre essas orações “tem que ser explicada” em algum componente da teoria.

¹³ O que se vem observando não é incompatível com uma hipótese da universalidade de princípios gerais, embora se esperem diferentes formulações em relação a uma dada teoria, como na teoria gerativa nas versões de Chomsky.

¹⁴ Uma estrutura como:

(i) Eduardo se fez (se é feito) operar pelo médico, está em desuso no Português do Brasil, por força de fenômenos morfológicos (como a perda do clítico dativo) e estruturais (uma tendência à “ergativização”); mas construções estruturalmente semelhantes seriam gramaticais em línguas como o francês, o italiano, o espanhol (ILARI e FRANCHI, 1994). Sabe-se como, em várias línguas, as diáteses possíveis se ampliam em virtude de diferentes recursos morfossintáticos. A literatura é vastíssima. Vejam-se exemplos em CHUNG, 1976, sobre o Bahasa Indonésia, SCHACHTER (1976), sobre as línguas filipinas e, destas, SWEETSER (1980) sobre o Tagalog, ILARI e FRANCHI, 1983, sobre o Bielês, BRESNAN e KANERVA, 1989, sobre o Chichewa, etc.

Sobre a distinção entre os processos “argument-marking” e “head-marking” para tornar visíveis as relações temáticas, vejam-se NICHOLS, 1986, para uma exposição geral do fenômeno e SIGUROSÓN, 1993, para um tratamento no quadro gerativista.

¹⁵ Nem todos os linguistas se comprometem com um sistema específico de papéis temáticos. No gerativismo de inspiração chomskyana (a partir de CHOMSKY, 1981) essa é a tendência, na medida em que a sintaxe é insensível ao conteúdo semântico dos papéis temáticos e os índices- θ não se distinguem formalmente de uma indiciação sintática, praticamente limitada à informação da adicidade dos predicados. MARANTZ (1984, p. 15-16), por exemplo, adota uma representação léxica com indicação de

“papéis temáticos”, mas rejeita a posição de Jackendoff de que tais papéis possam ser deduzidos das propriedades relacionais de uma representação semântica. RIEMSDIJK e WILLIAMS, 1986, explicitamente, não se comprometem com um sistema de papéis temáticos entendidos como “sinônimo de argumento”: “essa terminologia implica um sistema de argumentos-tipo” ...: “supõe-se que o argumento agente de dois distintos verbos possuam algo em comum”. Ora, a teoria- θ elaborada por eles “não está comprometida com essa idéia”. BELLETTI e RIZZI (1988), também, insistem em que “a única distinção sintaticamente relevante que a teoria- θ faz é a que se expressa pelo formalismo – θ vs. $\sim\theta$ ”. “Papéis como Agente e Paciente serão talvez relevantes em um certo plano conceitual de categorização dos eventos, mas não é explorada pela gramática”. Mais recentemente, HALE e KEYSER (1992), consideram que são genuínos os efeitos comumente atribuídos ao sistema de papéis temáticos e a princípios como o da hierarquia temática, mas rejeitam qualquer compromisso com a idéia de que tal sistema ou princípio possuam qualquer estatuto na teoria da gramática. Para uma questão como – por que é tão limitado o número de papéis temáticos considerados pelos autores que se comprometem com sua existência, sua resposta é que, “em um sentido bem claro, simplesmente não existem “papéis temáticos”.

¹⁶ Ver também RUWET (1972, p. 181).

¹⁷ Ver também BIERWISCH (1970).

¹⁸ Como adverti no início deste texto, discuto aqui somente a macro-função CAUSA e os papéis temáticos Agente e Causa.

¹⁹ As respostas a essas questões seguem de perto a reflexão de DAVIDSON, 1971; FRANCHI, 1975; DOWTY, 1979, 1991; JACKENDOFF, 1987, 1990. Mesmo quando não os cite diretamente e deixe sem aspas afirmações que deles tomo emprestadas, o leitor é convidado a referir-se sempre a esses textos.

²⁰ DAVIDSON (1971) critica a análise de Chisholm de exemplos como (43) em uma seqüência de eventos primitivos, visando a restaurar a relação causal: Sam teria feito acontecer algum processo de controle mental, que desencadeia movimentos musculares, que fariam os olhos mover-se para o céu. O problema é que, se o primeiro evento “causador” é ainda uma ação, então não seria um evento primitivo; se não é, estaríamos tentando explicar “agentividade” por uma noção mais obscura: por um “causar” no controle de um agente que não é um “fazer”. Na verdade, Sam fazer algo que causa o movimento dos olhos não faz que Sam mova os olhos: causar mover os olhos **é** mover os olhos.

²¹ Essa é a posição de FRANCHI (1975); DOWTY (1979, p. 119); DAVIDSON (1980, p. 52); JACKENDOFF (1985, p. 176).

²² Ver CANÇADO (1995), para um tratamento da noção de intencionalidade com base em reflexão de DAVIDSON (1980).

²³ DOWTY (1979) observa que, independentemente do modo como construímos a noção de agentividade, a noção de imediata controlabilidade não se confunde intuitivamente com a noção de intencionalidade.

²⁴ Em exemplos de atividades como os de (41) a (43), a intencionalidade ou, pelo menos, o controle imediato do processo pelo argumento é consequência.

²⁵ Pode-se julgar essa caracterização excessivamente restritiva por não incluir as chamadas “forças” que se comportam muito proximamente como “agentes” não animados. Nosso interesse está em construir um sistema de papéis temáticos que seja relevante para a teoria gramatical, como é o caso do Agente. Aqui não nos interessará discutir um refinamento de análise que permita distinguir (ou agrupar sob uma mesma rubrica) Agente e Força.

²⁶ DOWTY (1979) resume a literatura e a argumentação pertinente sobre essa análise, sugerida antes por VENDLER, 1976; FILLMORE, 1971; MCCAWLEY, 1971; SHIBATANI, 1976.

²⁷ Uma interpretação agentiva é possível, pelo menos para (a) e (b).

²⁸ Essa observação levou CANÇADO (1995) a estender a noção de “controle” para caracterizar a causação direta. O termo nos parece hoje inapropriado, mas não encontramos outro que compreenda as duas noções aparentadas pelos seu efeito restritivo sobre as passivas. Deixamo-las aqui separadas, esperando melhor análise.

²⁹ Isso levou autores como HAIMAN (1980) e GIVÓN (1984) a propor uma explicação baseada em suposta “iconicidade” motivada das expressões das línguas naturais: a causativa sintética, pela imediata “proximidade” do sujeito ao predicador causativo, expressaria a causalidade direta; a perifrástica, ao contrário, expressaria a causalidade indireta. Os exemplos de (55) e (60) são diretos contra-exemplos.

³⁰ O mesmo ocorre com os adjuntos de Instrumento (fato observado por Williams); em (a), o Instrumento *escada maior* serve às ações que João pratica para trocar a lâmpada; em (b), o Instrumento *alicate* serve diretamente ao processo de trocar a lâmpada:

- (i) a - João trocou a lâmpada com uma escada maior,
b - João trocou a lâmpada com esse alicate,
- (ii) a - * Uma escada maior troca a lâmpada,
b - Esse alicate troca a lâmpada.

³¹ Ver, entre outros, HOPPER e THOMPSON, 1986; WHITAKER-FRANCHI, 1989; LEVIN, 1989; ZUBIZARRETA, 1992.

³² Ver JACKENDOFF, 1990; BRESNAN e KANERVA, 1989.

³³ Ver particularmente CANÇADO (1995) e a bibliografia por ela citada.